

33º Encontro Anual da Anpocs;  
GT 04 – Conflitos ambientais, processos  
de territorialização e identidades sociais

## **Transposição do São Francisco: conflitos e articulações**

Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima

## **Transposição do São Francisco: conflitos e articulações**

Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima<sup>1</sup>

**RESUMO** - Este artigo tem como objetivo iniciar um mapeamento dos principais agentes envolvidos no debate sobre a transposição do São Francisco e procurar entender, a partir do conceito gramsciano de hegemonia, como ocorreu a articulação desses vários grupos em dois pólos aparentemente dicotômicos, a partir de um articular e/ou abrir mão de particularidades na tentativa de criar uma argumentação universalizável. A partir daí, espero abrir caminho para começar pensar de que forma essa disputa chega às populações abrangidas pelo projeto e algumas alternativas para que as interferências no semi-árido sejam coerentes com as práticas e desejos de seus moradores, sem perder de vista o ideal de desenvolvimento de um senso comum crítico a partir do qual se hegemonize uma nova visão de mundo ativa e acompanhada de reflexividade.

### **INTRODUÇÃO**

Na disputa presidencial de 2002, a transposição do São Francisco foi ponto em comum nos planos de governo dos três favoritos, Lula, Serra e Ciro. Tal unanimidade foi facilitada pelas gestões de FHC que, embora não tenha conseguido iniciar as obras, preparou terreno para sua implementação ao criar uma política nacional de recursos hídricos e órgãos responsáveis por sua gestão, compartilhada entre governo e sociedade civil. Ao prever ampla participação popular, esta política abriu caminho para uma política legitimadora da transposição.

Nesta aparente conexão entre sociedade civil e política, no entanto, surgiu logo um conflito resultante tanto dos díspares interesses em relação às águas quanto da maneira como se desenvolveu o processo político em torno da transposição, culminando na articulação de dois pólos opostos sobre o tema. Porém, ainda que surja de forma bem definida, essa divisão não representa uma

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE  
Agradeço às professoras Maria Eduarda da Mota Rocha e Silke Weber pelo incentivo e colaboração

simples disputa dicotômica, pois a união em torno de quadros de referência comuns veio não só de prioridades semelhantes como também de questões estratégicas.

Foi assim que a ajuda aos nordestinos do semi-árido tornou-se o mote dos favoráveis ao projeto e o prejuízo ambiental transformou-se na grande denúncia dos desfavoráveis. Para fazer um mapeamento dos principais agentes envolvidos no debate, suas questões prioritárias e a articulação nos dois pólos referidos, partirei do conceito gramsciano de hegemonia, procurando perceber como os grupos envolvidos articularam e/ou abriram mão de suas particularidades na tentativa de criar uma argumentação que pudesse ser universalizada. Sendo tal disputa travada em diversas frentes, procurarei unir as análises de Gramsci sobre a sociedade civil à concepção bakhtineana de disputa no nível dos signos e à análise de Mead a respeito da capacidade ressignificante dos sujeitos em interação.

A contribuição de Gramsci está, primeiramente, na percepção de que a ação política e a vida estatal podem variar em diferentes graus numa escala cujos extremos correspondem à força e ao consenso, à autoridade e à hegemonia, à violência e à civilização, à agitação e à propaganda, ao particular e ao universal (Gramsci, 1972:48). Em um contexto de sociedade civil desenvolvida, o uso da força é sempre um recurso instável, sendo necessário, em vez disso, ampliar as formas de aquisição de consentimento. Isso pode ocorrer a partir do envolvimento e convencimento sobre um projeto já existente, mas tal forma não resulta na mesma estabilidade que um desenvolvimento conjunto de princípios e diretrizes. Neste último caso pode de fato surgir entre os grupos envolvidos uma visão de mundo comum e reflexiva, devida ao esforço de planejamento e deliberação. Mas um processo desse tipo não é simples nem ocorre de forma linear. Mesmo numa situação menos abrangente como o estabelecimento da política de recursos hídricos no Brasil é possível identificar uma série de percalços, entre os quais a polêmica sobre a transposição do São Francisco é um rico exemplo.

Em pesquisa realizada junto ao PPGS/UFPE, procuro ajudar a preencher a lacuna de estudos sociais sobre a transposição do rio São Francisco e, no

presente artigo, iniciarei um mapeamento dos principais agentes envolvidos no debate, suas questões prioritárias e a articulação em dois pólos (favorável e contrário). É importante lembrar que essa disputa envolve assuntos para além da política de recursos hídricos, como desenvolvimento regional, definição de prioridades governamentais, caráter das políticas participativas, proteção ao meio-ambiente, etc.

## **UNIVERSALIZAÇÕES INSTÁVEIS**

A conquista da hegemonia requer uma série de empreendimentos nas mais diversas áreas (cotidiano, política, economia, intelectualidade, esferas legitimadoras, ética, etc), no sentido de transformar o senso comum, criando-se as relações de força necessárias para uma atuação hegemônica no âmbito da sociedade política quando surgir a oportunidade. Segundo Gramsci (1972:62-63), uma das ocasiões possíveis é quando uma crise de hegemonia da classe dirigente se amplia a ponto de o contraste entre representados e representantes transmitir-se dos partidos a todo o organismo estatal. Isso pode ocorrer por fracasso em algum empreendimento político para o qual se requereu ou impôs o consenso das massas ou porque vastas massas passaram a fazer reivindicações que em conjunto constituem uma revolução. Esse tipo de situação não desencadeia uma revolução, mas cria oportunidades para que as forças já organizadas atuem.

A análise da relação de forças não pode ser um fim em si mesma, serve para justificar uma ação prática, mostrando os pontos de menor resistência onde a força de vontade pode ser aplicada de maneira mais frutífera, além de sugerir operações táticas e indicar caminhos para uma campanha eficaz de agitação política (Gramsci 1972:61-62). Na prática, as relações de forças podem combinar-se de várias maneiras (tanto nos Estados-Nação quanto em suas relações internacionais), mas é possível apontar três momentos fundamentais: 1- relação de forças sociais ligada à estrutura (posição na produção a partir do grau de desenvolvimento das forças materiais); 2- relação de forças políticas (autoconsciência e organização dos grupos sociais), que vai do momento econômico-corporativo (unidade do grupo profissional) ao ético-político (para

além da corporação puramente econômica). Nesse momento as ideologias existentes entram em luta até que uma (ou uma combinação) delas se sobreponha e difunda, determinando as questões sobre as quais a luta passa de um plano corporativo a um plano universal, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre os subordinados; 3- relação de forças militares (Gramsci, 1972:57-59).

Embora Gramsci tenha como objetivo as transformações mais significativas (da mudança de concepção de mundo até o socialismo), podemos tomar muito de sua teoria para situações específicas da realidade brasileira, já que a conquista da hegemonia, fundamental onde a sociedade civil desenvolveu-se, envolve uma série de disputas locais nas quais as transformações maiores encontram-se ainda em estágio embrionário.

A polêmica sobre a transposição do São Francisco envolve várias dessas disputas do primeiro e segundo momento, envolvendo questões tanto da sociedade política (poder de decisão sobre políticas públicas, mecanismo e concretização das políticas participativas, prioridades governamentais, delimitação dos grupos beneficiados) quanto da sociedade civil (atuação das organizações civis, mecanismos de participação, formação e atuação de lideranças, relações de poder). Permeando boa parte desses debates podemos perceber conflitos mais amplos, a exemplo da concepção desenvolvimentista da produção em larga escala e pequena variedade e da concepção, ainda incipiente e restrita a alguns nichos, da pequena produção eco-sustentável.

Politicamente a organização em torno da transposição se dá na busca de uma universalização dos pontos de vista adotados, mas, por mais que uma sociedade civil desenvolvida possibilite a influência de vários grupos sobre a política, há sempre os que ficam de fora. Entre latifundiários e pequenos produtores, por exemplo, há certas exclusões mútuas inelimináveis. Além disso, o desenvolvimento da sociedade civil traz, também, uma multiplicação dos grupos organizados e relações de força, sendo visível a impossibilidade de consenso. Quando se pensa no debate sobre a transposição é preciso, portanto, remeter primeiramente aos múltiplos interesses em relação à bacia do São

Francisco, que geram conflitos entre pescadores, pequenos produtores rurais, latifundiários, ambientalistas, comunidades tradicionais, companhias elétricas, indústrias e carcinicultores. Visto que toda concepção de mundo é particular (mesmo que partilhada por mais de um grupo) e historicamente situada, qualquer universalização dessas é sempre provisória. Em relação à sociedade capitalista, esse limite foi apontado por Marx e Engels e desenvolvido por Gramsci no que diz respeito ao caráter particular do Estado.

A luta prática destes interesses particulares, que constantemente e de modo real chocam-se com os interesses coletivos e ilusoriamente tidos como coletivos, torna necessário o controle e a intervenção prática através do ilusório interesse-“geral” como Estado. (Marx e Engels, 1984:49).

O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis para a máxima expansão do mesmo grupo; mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais" (Gramsci, 1972:58).

Embora para o Governo Federal seja interessante falar em termos nacionais, em um país com as dimensões e desigualdades regionais do Brasil, é freqüentemente necessário apelar para uma necessidade de maior atenção a regiões específicas. Normalmente, mesmo esses casos costumam ser pensados como interesse geral, já que equilibrar as economias regionais, por exemplo, é estratégia para diminuir o fluxo migratório, a favelização e, quiçá, a violência urbana. Ainda assim, investimentos direcionados costumam criar rivalidades. Durante as discussões sobre a transposição, travadas entre o Governo Federal e os comitês de bacia, era comum a alegação de que a oposição vinha apenas dos estados doadores de água, devido a um egoísmo que desconsiderava a carência das populações do semi-árido. Os representantes de diferentes bacias

hídricas eram, dessa forma, colocados uns contra os outros, contrariando o princípio de unidade na política de recursos hídricos (Quermes, 2006:231).

Essa condição de disputa permanente trabalhada por Gramsci a respeito da instabilidade de qualquer hegemonia pode ser claramente percebida nas mudanças de postura de indivíduos e grupos, nas ampliações ou modificações de alianças e na variação das agendas políticas ao longo do tempo. É interessante perceber, por exemplo, como o clima de disputa entre os comitês de bacia foi aumentando à medida que a transposição se tornava uma possibilidade concreta e gerava expectativas e posturas diferenciadas.

## **CONFLITOS E ARTICULAÇÕES**

Em meio à disputa, o Governo Federal seguiu a lógica do interesse geral universalizável quando optou por aumentar o fornecimento de água através da transposição. Com isso, fala-se em garantir, até 2025, oferta plena de água para os múltiplos usos em quatro estados (CE, PB, PE e RN), beneficiando cerca de 12 milhões de pessoas (MIN, 2004). Porém, se a expressão “múltiplos usos” parece contemplar todos os interesses em relação à bacia, o que ocorre é a inclusão de grupos externos à bacia ou que até então tinham pouco ou nenhum espaço na área, ou seja, empresários do turismo, do agronegócio e da criação de camarão em grande escala, além da população dos grandes centros urbanos. Diante disso, surge uma redução do controle por parte de grupos anteriormente ligados às águas do São Francisco, a exemplo dos pescadores, pequenos agricultores, indígenas e, na esfera empresarial, companhias elétricas. Entre os favoráveis a esse projeto, podemos identificar ao menos três linhas, que correspondem basicamente ao Governo Federal, aos governos de estados e municípios receptores de água e a setores da sociedade civil destes locais.

Por esse viés de atendimento a interesses vários, é possível para o Governo Federal revezar-se entre um discurso relacionado à vitimização dos nordestinos do semi-árido e outro, focado nas perspectivas de desenvolvimento da economia regional, tomando as obras como estímulo a possíveis investidores.

Essa divisão é perceptível no privilégio concedido à primeira linha nos discursos do presidente Lula<sup>2</sup> e à segunda nos materiais do Ministério da Integração Nacional<sup>3</sup>.

Já nos estados e municípios o posicionamento mais comum é ressaltar ganhos locais, especialmente econômicos, representando uma forma de justiça através da redistribuição das riquezas nacionais. Segundo o governo do estado da Paraíba, o incremento na irrigação deve transformar as margens dos rios em avenidas de produção e beneficiar tanto a agricultura familiar quanto o agronegócio<sup>4</sup>. Esse tipo de argumentação é especialmente atacado pelos movimentos sociais contrários à transposição como prova de que ela não beneficiará quem realmente precisa, pois, além de revelar que a transposição não é voltada para quem passa sede, o benefício ao agronegócio mostraria, também, que a agricultura familiar não é o foco. Essa linha de argumentação baseia-se na questão sócio-econômica regional, denunciando o privilégio político dado a grandes empresários, em detrimento das populações difusas que, distantes das fontes de água, devem continuar na mesma situação após o término das obras.

Isso não significa, entretanto, que dentro desse grupo a argumentação seja puramente racional, pois, no caso das campanhas sociais, é corrente, no Brasil, utilizar um apelo emocional e, inclusive, um certo nível de coerção moral, como contrapor a abundância de uns à miséria de outros, procurando despertar um senso de responsabilidade e/ou culpa nos primeiros.

Neste jogo de interesse / Engana-se quem está achando / Que a água é para os pobres / Onde estaria o rio chegando / Na verdade serão os empresários / Que ali vão estar mandando / Esta mega operação / Que vai nos custar bilhões/ É um desastre para o meio ambiente/ E não nos dá soluções / Ignora os ribeirinhos / E outras populações.

---

<sup>2</sup> [www.info.planalto.gov.br](http://www.info.planalto.gov.br)

<sup>3</sup> <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/>

<sup>4</sup> <http://www.aesa.pb.gov.br/verNoticia.php?cod=69>



(Araci Cachoeira, 2006 “O poder da Farsa”)

Sentidos próximos de ajuda à população do semi-árido aparecem também no argumento generalizado no pólo favorável à transposição, especialmente nos discursos de Lula que, tendo sido vítima da seca, procura falar em nome de toda a população do semi-árido.

Só é contra [a transposição] quem não sabe o que é carregar uma lata d'água na cabeça por quatro ou cinco léguas. Só é contra quem não sabe o que é pegar um pote d'água cheio de barro, de merda de animal, de caramujo, levar para dentro de casa, colocar para assentar e ficar tomando aquela água barrenta cheia de caramujo para pegar doença, para apodrecer os dentes, para pegar verminose (Discurso de Lula no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento no Rio Grande do Norte, 27/07/2009)

No caso do pólo favorável, o viés social é apresentado com dois colamentos a partir dos quais as argumentações contrárias geram escândalo. O primeiro é entre seca natural e social, que desconsidera a naturalidade do fenômeno, em contraposição às formas políticas de lidar com ele; o segundo é entre transposição e revitalização, tratando-as como uma só iniciativa, de maneira que a transposição passa a ser encarada, também, como salvação do rio e responsável por projetos de saneamento, despoluição e educação ambiental. É possível, ainda, situar aqui uma denúncia política aos críticos da transposição nos mesmos termos em que estes acusam os defensores das obras, ou seja, como reprodução da indústria da seca. Para Sarmiento (2006), a utilização genérica de cisternas sugerida pelos movimentos sociais confunde-se com um programa de manutenção da pobreza e reforço do poder local, por tornar a população dependente da decisão política de abastecê-las ou não com carros-pipa nas estiagens.

Para compreender como duas utilizações tão distintas de um mesmo ponto argumentativo são possíveis, podemos remeter ao conceito bakhtiniano de interdiscursividade (entre os dois pólos). O autor aponta, em sua obra, para a possibilidade de perceber conflitos na própria linguagem, embora sejam comuns tentativas de tornar o signo monovalente. Essas neutralizações não se mantêm por muito tempo, pois, como diferentes grupos utilizam-se de uma mesma língua, “*em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes*” (Bakhtin, 2004:46-47).

No caso das interações face a face, também é importante a idéia de ressignificação de Mead (s/d:149, 150). Este considera que, embora tenham existência anterior à interação observada, os gestos (movimentos, expressões e linguagens) surgem de acordo com o contexto, a influência cultural e os símbolos do grupo, ou seja, foram estabelecidos socialmente através de interações e, da mesma forma, podem ser modificados em cada interação. Isso não significa que o sentido anteriormente estabelecido possa desaparecer rapidamente, mas novas formas surgem e podem ser fixadas (também temporariamente), como ocorre com a recontextualização feita pela ironia. Os atores se adaptam ao mundo, mas também o interpretam e avaliam, podendo empreender modificações. Um exemplo disso foi como os militantes anti-transposição acampados na fazenda Mãe Rosa (PE), na tentativa de impedir o início das obras, apelidaram a primeira escavação realizada de “o buraco do Geddel<sup>5</sup>”, transformando o que seria o símbolo de um empreendimento em motivo de chacota e remetendo a uma atitude escusa por parte do Governo Federal.

Bakhtin também explica essa capacidade ressignificadora a partir da relação intrínseca entre sujeito e sociedade, o que, para ele, se dá pela interdependência entre pensamento individual e signos sociais (sem signos não há pensamento possível).

---

<sup>5</sup> Referência ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. O termo pode ser visto em: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1911&eid=157>

“(...) todo signo ideológico exterior, qualquer que seja sua natureza, banha-se nos signos interiores, na consciência. Ele nasce deste oceano de signos interiores e aí continua a viver, pois a vida do signo exterior é constituída por um processo sempre renovado de compreensão, de emoção, de assimilação, isto é, por uma integração reiterada no contexto interior” (Bakhtin, 2004:57).

Assim como ocorre com Mead, a idéia de Bakhtin pode, à primeira vista, parecer um psicologismo, mas não é, pois os signos interiores não surgem no e pelo indivíduo, mas de forma relacional. Em vez de relacionar psíquico/individual e ideológico/social, Bakhtin compreende que o pensamento é engendrado pelos signos ideológicos anteriormente assimilados. Além disso, o surgimento do indivíduo autor e responsável por seus pensamentos e desejos é um fenômeno sócio-ideológico e, portanto, tão social quanto a ideologia, de forma que, exterior ou interior, todo signo é social por natureza (Bakhtin, 2004:57-58). Por outro lado, isso também não deve ser entendido como se tudo fosse absolutamente social, pois o psiquismo possui suas próprias leis específicas. A compreensão do signo, portanto, sempre estará ligada à situação em que ele toma forma, pois em toda enunciação renova-se a síntese dialética entre psíquico e ideológico. (Bakhtin, 2004:59, 62, 66).

“(...) na análise de um caso concreto é impossível traçar uma fronteira precisa entre os signos interiores e exteriores, entre a introspecção e a observação exterior, que *fornece um comentário ininterrupto, tanto semiótico quanto concreto* a respeito dos signos interiores, na medida em que eles são decodificados” (Bakhtin, 2004:62).

## **CONEXÕES E DISTANCIAMENTOS**

Embora os estados opostos não tenham formado uma coalizão política, como fizeram os favoráveis, movimentos sociais e ONGs formaram um bloco cujo discurso se centra, especialmente, em torno de questões mais facilmente

universalizáveis: as consequências ambientais e a não-resolução da problemática social da seca. Há, no entanto, questões particulares para vários dos agentes que, por vezes, sobrepõem-se às mais gerais.

Os comitês de bacias hídricas, órgãos colegiados criados por FHC para ligar sociedade civil, usuários dos recursos hídricos e governo, têm o poder de conceder ou não a outorga de intervenções nos territórios a eles correspondentes a partir das prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos, e no caso da transposição não poderia ser diferente (CBHSF, 2004:143). Diante do anúncio do plano de transposição, durante as comemorações do descobrimento da foz do São Francisco, o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBHSF) denunciou a ausência de um plano em relação à bacia do rio que subsidiasse a decisão. Com pressa para o início das obras, o Governo Federal concedeu um prazo de seis meses para que o órgão fizesse o Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, incluindo estudos, reuniões e consultas populares, para, então, apresentar um posicionamento. Concluindo que a idéia apresentada pelo governo não era positiva, o CBHSF (2004: 232,239,243) sugeriu uma mudança de rumos, no que foi ignorado.

Tendo sido excluído do processo de decisão, o comitê uniu-se ao pólo opositor. Diferente dos demais movimentos envolvidos na luta contra a transposição, o CBHSF não é irreduzível em relação ao projeto, mas acabou ficando numa posição em que fazer valer a oposição ao projeto é, também, fazer valer o desenvolvimento de uma democracia participativa no Brasil. De acordo com Quermes (2006), o próprio governo empata esse desenvolvimento na medida em que cria, paralelamente, instâncias burocráticas que barram os órgãos responsáveis pela gestão democrática, como é o caso da Agência Nacional das Águas.

Vale lembrar que o CBHSF acata a possibilidade de uma transposição no caso de uma inversão de prioridades. A condição seria o uso exclusivo para abastecimento humano e dessedentação animal em casos de comprovada escassez, o que não acontece no projeto do governo, pelo qual a água da

transposição será largamente utilizada por criações de camarão e indústrias ao longo do rio, poluindo as bacias e inviabilizando o consumo da água, que chegará ao final do percurso repleta de detritos (Ab'Sáber,2006). É nesse ponto do consumo humano que surge o viés social da oposição ao projeto, já que, além da inviabilização do consumo direto pelas populações dos locais receptores, deve haver uma maioria sem acesso algum às águas da transposição, que, em vez disso, abastecerá alguns dos maiores reservatórios urbanos do Nordeste<sup>6</sup>.

Foi como resposta a essas contestações pelo viés social sobre as populações difusas que surgiu um maior apoio governamental para alternativas de convivência com o semi-árido, como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), da ASA. Percebemos, portanto, que a batalha contra a transposição acabou se tornando também, para este grupo, uma forma de conquistar verbas para os programas que apontam como alternativas de convivência com o semi-árido. Todavia este fato, que pode ser percebido como prova de que as populações difusas não serão atendidas, também tem sido usado pelo Governo Federal para mostrar que essas populações não foram esquecidas, já que alguma verba, ainda que mínima, tem sido voltada para programas alternativos.

É perceptível, então, como elementos semelhantes são usados de formas diferenciadas por cada pólo e como as articulações hegemônicas abrigam mais complexidade que faz parecer a oposição entre eles.

Diferente da questão social, o discurso de proteção ao meio-ambiente não foi utilizado pelos dois pólos, pois, enquanto agentes contrários põem em evidência desde estudos científicos sobre prejuízos ambientais até previsões mais drásticas do tipo “o rio vai morrer”, o pólo favorável minimiza a força de tais impactos a partir de argumentos generalizados no senso comum, como a

---

<sup>6</sup> São eles: Castanhão (4,2 bilhões de m<sup>3</sup>), no Ceará; Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves (2,4 bilhões de m<sup>3</sup>) e Santa Cruz (600 milhões de m<sup>3</sup>), no Rio Grande do Norte, Boqueirão (420 milhões de m<sup>3</sup>) e Engenheiro Ávidos (260 milhões de m<sup>3</sup>), na Paraíba (Abner, 2004, s/p)

irrelevância de retirar menos de 2% da vazão total do rio, e o desperdício de deixar a água se perder no mar<sup>7</sup>.

Tendo como destaque as “características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular”, o senso comum não é um problema em si, mas, por ser tomado de forma quase automática, é preciso que corresponda à situação social concreta, ou seja, que se torne um senso comum crítico a partir de uma superação pela filosofia, que é uma ordem intelectual, passível de redução não autoritária à unidade e à coerência nas consciências individual e coletiva (Gramsci, 1966:14,18). Importante lembrar que não é possível negar o senso comum, já que a verdadeira filosofia não é a logicamente afirmada, mas a que resulta da atividade real de cada um, estando contida em sua política.

Diante disso vale ressaltar a importância de os argumentos de ambos os lados basearem-se em elementos concretos, não só com a apresentação dos estudos de impacto ambiental e social como levando em conta as necessidades e desejos das populações atingidas pelas obras que, para interferirem apropriadamente, precisam ser colocadas a par das questões envolvidas. Os projetos criados por técnicos alheios ao cotidiano dos locais em que ocorrerá a interferência trazem o risco oposto de desconsiderar o senso comum, resultando em iniciativas que não correspondem às expectativas das populações. Outro problema dessa falta de convivência é uma linguagem tecnicista que, com jargões e linhas de raciocínio muito específicos, estabelece distanciamento e diferenciações de status.

Uma análise mais minuciosa revelaria a importância incomensurável do componente hierárquico no processo de interação verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação. O respeito às regras de “etiqueta” do “bem-falar” e as demais formas de adaptação da enunciação à organização hierarquizada da sociedade têm uma importância imensa no processo de

---

<sup>7</sup> Esse argumento é refutado por ambientalistas que alertam que a diminuição e/ou ausência do exorreísmo pode levar à salinização. Ver Ab’Sáber, 2006:10 e Andrade, 2001:18.

explicitação dos principais modos de comportamento (Bakhtin, 2004:43).

Através dessa diferenciação de status estabelecida na linguagem, mesmo em instâncias nas quais a aproximação seja fundamental, termina-se por criar um afastamento pela sensação de impotência ou inferioridade que os escalonamentos trazem. Esse constrangimento foi apontado pelos próprios envolvidos no processo de formulação do Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do São Francisco, num dos pontos de revisão do documento:

Necessidade de adequação da linguagem de exposição do Plano, considerada desmotivadora do envolvimento e difícil para o entendimento; o mesmo para a educação ambiental e mobilização social (CBHSF, 2004:225)

Esse é o cuidado que precisam ter os que se baseiam num discurso cientificista, a exemplo dos ambientalistas, apoiados em pesquisas a respeito de impactos causados por transposições em outros países (Andrade, 2002), do desaparecimento de espécies de peixes (idem, ibidem) e de riscos como salinização inviabilizando o consumo imediato da água e a qualidade dos solos (Ab'Sáber, 2006). Nesse conjunto encontra-se a maioria dos acadêmicos contrários à transposição e as entidades de defesa do rio, como Coalizão Rios Vivos, Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco, Comissão Pastoral da Pesca e Fundação Joaquim Nabuco. Nesse caso o grupo defendido é o dos ribeirinhos e argumenta-se sobre a necessidade de evitar um prejuízo ainda maior para aqueles que há décadas já vêem o rio prejudicado pela poluição (com aumento populacional, falta de saneamento e educação ambiental) e pela instalação das grandes barragens (perda da navegabilidade, prejuízo da piracema, desaparecimento de espécies animais, inundação de grandes territórios). Em relação à transposição, as preocupações referem-se à instalação de indústrias potencialmente poluidoras, à grande demanda de água requerida

para a carcinicultura e ao risco de salinização pela diminuição do exorreísmo (deságua do rio no mar).

Entretanto, é questionável até que ponto os próprios ribeirinhos são familiares com a questão ambiental e, portanto, se é esse tipo de argumentação o que de fato os mobiliza. É possível, inclusive, que, não estando ainda incorporada a preocupação ambiental (que só muito recentemente passou a fazer parte da agenda dos próprios órgãos governamentais), o discurso de defesa do rio seja acompanhado de práticas antigas como o depósito de lixo em seu leito, de fezes em suas margens e de pesca na época da piracema.

Para Gramsci (1966:15), contradições entre o pensar e o agir, excluídos os casos individuais de má-fé, expressam contrastes de natureza histórico-social. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando um grupo tem uma concepção própria de mundo que se manifesta na ação, mas, por razões de submissão e subordinação intelectual, toma emprestada a outro grupo uma concepção de mundo que lhe é estranha, o que é mais uma demonstração de como não é possível separar filosofia e política. De certa forma esse é o caso dos povos indígenas, que aderiram à grita ambiental, mas cuja principal razão para condenar a transposição não diz respeito diretamente à saúde das águas, mas à sacralidade do território em que se vai interferir (Monteiro, 2008) e à perda de territórios no qual estavam estabelecidos até então. Diante da ineficácia de uma argumentação com bases religiosas em uma sociedade majoritariamente cristã de estado oficialmente laico, o discurso ambiental parece ser a opção mais viável, inclusive porque também passa pela defesa do rio<sup>8</sup>.

Outro problema referente à unidade teoria e prática é que o homem ativo de massa tem um conhecimento do mundo na medida em que o transforma em suas ações práticas, mas é possível que além dessa consciência teórica implícita na ação haja uma consciência teórica verbal, herdada do passado e acolhida sem crítica e que entra em contato com a primeira. Pode ocorrer, inclusive, que essa concepção verbal influa sobre a conduta moral de tal forma

---

<sup>8</sup> Obviamente o fato de ser sagrado faz do rio objeto de respeito, de forma que a saúde das águas é importante. A bio-sustentabilidade, no entanto, não é o fator central para os indígenas.



que a contradição entre elas barre qualquer ação, gerando um estado de passividade moral e política (Gramsci, 1966:20-21). É possível imaginar, por exemplo, que a imensidão do São Francisco tenha gerado nas pessoas uma aparência de eternidade, de maneira que os atuais prenúncios de salinização, esgotamento por poluição e até desaparecimento de alguns de seus braços sejam diluídos pela impressão herdada de eternidade. Outra possibilidade é que, tal como ocorre em relação à seca (Gomes, 1998), a degeneração do rio seja vista como castigo divino, de forma que lutar contra chegue a ser visto como inútil. É a partir de questionamentos a essas concepções que já não correspondem à realidade e à adesão por subordinação que a reflexividade dos agentes deve se formar.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (Gramsci, 1966:21)

É perceptível, portanto, como, em Gramsci, o desenvolvimento político se dá na prática, com a percepção de pertencimento político, seguida de um desenvolvimento da autoconsciência, que é paralelamente subjetiva e coletiva, já que envolve percepção de pertencimento. Fica claro, portanto, que filosofia e política não se separam. E é esse ponto que faz do desenvolvimento do conceito de hegemonia um progresso não só político-prático como também filosófico, já que pressupõe “uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (Gramsci, 1966:21).

O ideal, portanto, não é a influência de intelectuais trazidos de uma esfera supostamente superior, pois, embora na filosofia destaquem-se características

de pensamento individual, o verdadeiro filósofo, o orgânico, é justamente o que, em sua prática, corresponde à estrutura da sociedade e presta para sua classe o serviço de unir ação e pensamento<sup>9</sup>. Assim, o que um intelectual deve fazer para que uma nova concepção de mundo seja criada e difundida é tomar as características dispersas e difusas do senso comum e elaborar uma filosofia ligada à vida prática, de forma a criar “um senso comum renovado pela coerência e pelo vigor das filosofias individuais” - o que só pode ocorrer num permanente contato com os “simplórios” (Gramsci, 1972:18).

Nesse aspecto é importante pensar, também, como se dá o contato com as populações da bacia e das áreas abrangidas pelo projeto de transposição, tanto por parte dos agentes do governo (contratando técnicos e serviços terceirizados) quanto dos movimentos sociais (cuja profissionalização também traz terceirização). Além disso, é preciso entender o quanto de informações chegam e como elas são processadas por pessoas distantes dos centros urbanos e sem instrução intelectual, sendo grande, portanto, o risco de que não desenvolvam sobre a questão um senso comum crítico, com capacidade reflexiva. Isso é importante porque embora nos momentos de transição as forças práticas desencadeadas demandem justificação, nem sempre isso é feito com base na prática, pois, como vimos, é possível conquistar apoio a partir de troca de interesses imediatos (emprego nas obras, verbas para a localidade, manutenção ou ganho de propriedades), líderes carismáticos (apoio ou denúncia por parte de líderes comunitários e governantes), apelo emocional (discursos sobre a miséria da seca), autoridade (conhecimento científico, poder político), entre outros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ligação entre teoria e prática através dos intelectuais orgânicos é importante para o planejamento e a execução de qualquer política pública, pois, sem ela, corre-se o risco de que a idéia seja rechaçada, não compreendida ou

---

<sup>9</sup> Orgânico é muitas vezes confundido com revolucionário, mas não é necessariamente assim, já que toda classe tem seus intelectuais orgânicos (Gramsci, 1968:4)

mesmo prejudicial para o contexto em questão. Geralmente elaborados por pessoas de fora das regiões envolvidas, os projetos de intervenção no meio rural têm uma necessidade ainda maior de levar em conta o cotidiano e as expectativas das populações, pelo fato de que estas não podem nem aceitar correr risco de perdas ainda maiores que as imputadas pela seca.

Além disso, para que uma nova forma de lidar com as águas seja organicamente incorporada, e não apenas sobreposta a práticas díspares, é preciso 1- que tal política busque a difusão de novas idéias sem, no entanto, romper com as práticas correntes a ponto de as populações locais não se identificarem e desconsiderarem o que for feito; 2- que essa coerência entre pensar e agir seja alcançada por uma população que costumeiramente não tem acesso nem familiaridade com o conhecimento científico. Para ambos os fatores, é fundamental, que haja pessoas capazes de fazer a ligação dos planejadores e implementadores das políticas públicas com a população visada. É papel dos intelectuais garantir tal unidade, sendo importante ressaltar que, em Gramsci (1966:40), intelectual não é aquele que se afasta da prática para dedicar-se a elucubrações individuais, e sim o político, ou seja, o homem ativo que modifica as relações das quais faz parte, o que começa já ao tomar conhecimento delas.

Pode-se começar a pensar, então, até que ponto a movimentação política em torno da transposição colabora com o desenvolvimento e difusão de uma nova visão de mundo no meio rural, a começar pelo estabelecimento claro do sentido político de cada posicionamento, da ligação entre direcionamentos e atitudes políticas e da forma como as práticas cotidianas tendem a se modificar a partir daí, colaborando, então, para que a auto-concepção dos sujeitos envolvidos possa tornar-se crítica, coerente.

Sem esse desenvolvimento da sociedade civil não é possível falar verdadeiramente em política participativa nem em consciência ambiental, pois a hegemonização de uma nova visão de mundo não diz respeito a convencimento sem participação ou mobilização por pura euforia, mas ao desenvolvimento de uma coerência entre teoria e prática, o que não é possível sem o desenvolvimento da crítica na sociedade civil como um todo e da ação de

intelectuais orgânicos mediando a ligação entre ação e pensamento, que, obviamente, não pode ser estanque.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz (2006) "A transposição de águas do São Francisco: análise crítica". *Revista USP* nº70 jun/ago

ANDRADE, Renata (2002). *Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia: as várias visões de um rio*. Califórnia, IRN report

BAKHTIN, Mikhail (2004). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11ª edição. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Hucitec

CBHSF (2004). *Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco – Módulo 1 – resumo executivo*. Salvador, CBHSF

GRAMSCI, Antonio (1968). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

\_\_\_\_\_ (1972). *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*. Buenos Aires, Nueva Visión

\_\_\_\_\_ (1966). *Concepção dialética da História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

GOMES, Alfredo Macedo (1998). *Imaginário social da seca – suas implicações para a mudança social*. Recife, Massangana.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1984). *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4ª edição. São Paulo, Hucitec.

MEAD, George Herbert (sem data). *Mind, Self and Society from the standpoint of a social behaviorist*. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br) Acessado em 10/2007

Ministério da Integração Nacional (2004). *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)*. Brasília, MIN

MONTEIRO, Eliana de Barros (2008). *Os Truká (PE), 'grandes projetos' e o sentido da territorialidade no exercício da cidadania indígena contemporânea*. Recife, Pós-graduação em Antropologia, UFPE.

QUERMES, Paulo Afonso de Araújo (2006). *Contradições no processos de participação cidadã na política nacional do recursos hídricos no Brasil: análise da experiência dos comitês de bacia*. Brasília, UNB.

SARMENTO, Francisco Jácome (2006). "A integração do São Francisco: verdade e mito". *Revista USP* nº70 jun/ago

### **Referências eletrônicas**

Discursos do presidente Lula:  
[www.info.planalto.gov.br](http://www.info.planalto.gov.br)

São Francisco – Ministério da Integração Nacional:  
[www.integracao.gov.br/saofrancisco](http://www.integracao.gov.br/saofrancisco)

Comissão Pastoral da Terra:  
[www.cptnac.com.br](http://www.cptnac.com.br)

Comissão Pastoral da Terra – Minas Gerais:  
[www.cptmg.org.br](http://www.cptmg.org.br)

Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco:  
<http://www.saofrancisco.cbh.gov.br/>

SUASSUNA, João (2003). *Transposição do Rio São Francisco na Perspectiva do Brasil Real*. Disponível em: [www.joaosuassuna.hpg.ig.com.br](http://www.joaosuassuna.hpg.ig.com.br)

### **Literatura**

Araci Cachoeira (2006). Cordel "O poder da Farsa". Publicado em: <http://www.cptmg.org.br/artigo63.htm> Acessado em 8 de agosto de 2009